



■ * continuação



Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Findas em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

23. Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas estavam assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(13.966)	(11.672)
Serviços de terceiros	(3.669)	(2.279)
Gerais e administrativas	(1.319)	(1.162)
Amortização/depreciação	(1.555)	(1.633)
Aluguéis	(300)	(266)
Viagens e representação	(296)	(48)
Outras	(3.906)	(2.975)
	(25.011)	(20.036)

24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: Estavam compostas da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas com penalidade contratual	5.186	7.589
Ganho gás pago não fornecido	-	1.735
Outras receitas	361	156
Outras receitas	5.547	9.480
Despesas com penalidade contratual	(45)	(454)
Despesas c/estimativa de perdas c/ord. de liq. duvidosa	(317)	(365)
Perda na atualização de operações de crédito	-	(237)
Despesas de provisões c/contingências	(707)	(18)
Outras despesas	(1.609)	(1.074)
Outras despesas	3.938	8.406

25. Receitas e despesas financeiras: As despesas financeiras estão representadas, basicamente por taxas e juros cobrados por instituições financeiras, e as receitas financeiras são oriundas de rendimentos decorrentes de aplicações financeiras e por encargos financeiros de contas ativas em atraso pelos clientes.

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas de aplicações financeiras	9.362	1.687
Juros e multa	1.422	1.002
Outras receitas financeiras	512	91
Receitas financeiras	11.296	2.780
Juros e taxas sobre financiamentos	(1.119)	(1.613)
Juros, multa, descontos e variação cambial	(118)	(92)
Outras despesas financeiras	(553)	(260)
Despesas financeiras	(1.790)	(1.965)
	9.506	815

26. Imposto de renda e contribuição social: Em 29 de novembro de 2019 foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Laudo Constitutivo 0135/2019, que concedeu a Companhia o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento de 583.999,992 m³/ano por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 2019, encerrando em 31 de dezembro de 2028, considerando as atividades de produção, de tratamento e de distribuição do gás natural em tubulações. Conforme disposição da Lei nº 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração foi contabilizado diretamente no resultado da Companhia, na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício é transferida para a reserva de lucros, em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais. A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	58.049	58.049	33.702	33.702
Adições e exclusões:				
Provisões não dedutíveis/arrendamento	1.120	1.120	742	742
JSCP	(6.216)	(6.216)	(3.628)	(3.628)
	52.953	52.953	30.816	30.816
Alíquota efetiva do IRPJ e da CSLL	25%	9%	25%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	13.214	4.766	7.680	2.773
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
Incentivo Fiscal PAT	(39)	-	(85)	-
Imposto de renda corrente	13.175	4.766	7.595	2.773
(-) Incentivos fiscais SUDENE/Reinvestimento	(10.335)	-	(5.993)	-
Imposto de renda e contribuição social	2.840	4.766	1.602	2.773

27. Lucro por ação: O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade dessas ações. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo feito em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro

básico e o lucro diluído. No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	50.443	29.327
Total de ações ordinárias e preferenciais (qtde/mil)	878.978	810.897
Lucro por ação	0,057	0,036

28. Transações com partes relacionadas: A Companhia efetuou operações com partes relacionadas e cujos principais saldos e transações estão resumidas a seguir:

	Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS	Gás S.A. - GAS	Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. - COMMIT	Estado de Alagoas - UNICISAL	SESA/UNICISAL	Total
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Ativo circulante						
Contas a receber/ Clientes	-	-	-	-	159	78
Total do ativo	-	-	-	-	159	78
Passivo circulante						
Dividendos/JSCP a pagar	-	-	2.789	2.319	3.024	1.042
Fornecedores	53.133	-	-	-	-	-
Total do passivo	-	-	53.133	2.789	2.319	3.024
Resultado						
Compras (*)	63.247	458.549	-	-	-	-
						63.247

(*) Se refere as "compras", nos meses de janeiro e fevereiro de 2022, junto a Petróleo Brasileiro S/A, e que em meados de julho de 2022 deixou de ser "parte relacionada", em função do exposto adiante nesta nota explicativa. As relações existentes entre a Companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas: Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"): Em 26 de dezembro 2018, a Companhia celebrou contrato na modalidade firme inflexível com a Petrobras para aquisição de gás natural, formalizando uma quantidade diária contratual de 675 mil m³/dia, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2021 no valor estimado de R\$ 1.085.878. Em 01 de setembro de 2019, a Companhia celebrou aditivo nº 01 ao contrato na modalidade firme inflexível com a Petrobras, formalizando uma quantidade diária contratual de 545 mil m³/dia, vigente a partir de 01 de janeiro de 2019 e alterando o fim da vigência contratual de 31 de janeiro de 2021 para 31 de dezembro de 2019. Ficando o valor estimado em R\$ 355.461. Tal fato foi motivado pela interdição dos poços de extração de salmoura inseridos na Licença de Operação nº 157/2016 ("Ais"), de propriedade do cliente Braskem, o qual paralisou as atividades de exploração das minas de sal-gema e, consequentemente, paralisou as fábricas de cloro-soda e dicloreto, no município de Macaíba/AL, conforme determinação da Agência Nacional de Mineração (ANM/AL), no Auto de Interdição nº 01/2019, datado de 09 de maio de 2019, bem como o Auto de Interdição do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas (IMA/AL). Também em 01 de setembro de 2019, a Companhia celebrou contrato na modalidade firme inflexível com a Petrobras, formalizando uma quantidade diária contratual de 545 mil m³/dia para o período de 01 de janeiro de 2020 a 31 de março de 2020, de 565 mil m³/dia para o período de 01 de abril de 2020 a 31 de dezembro de 2020, e finalmente de 200 mil m³/dia para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. O referido instrumento teve vigência até 31 de dezembro de 2021 e contemplou a previsão de aumento único da QDC (notificação diária contratual), até o limite da QDC vigente à época da notificação, desde que houvesse justificativa para este fim até 31 de outubro de 2020, podendo tal acréscimo ter início a partir de 01 de janeiro de 2021. O valor estimado do contrato foi de R\$ 404.501 mil. O referido instrumento contempla a previsão de aumento único da QDC, que aconteceu e originou o aditivo nº 01, celebrado em 28 de dezembro de 2020, onde ampliou a Quantidade Diária Contratual de 200 mil m³/dia para 585 m³/dia para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021. Ficando o valor estimado em R\$ 586.707. Em julho de 2022, a Petrobras finalizou a venda da sua participação na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) para a Compas Gás e Energia S.A. (Compas) e para o Estado de Alagoas, havendo alteração na composição acionária da Companhia naquela data. Estado de Alagoas: Acionista da Companhia com participação de 29,06% do capital social. Indica o Diretor Presidente, cujo pagamento é realizado diretamente pela companhia ao ocupante do cargo, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. SESA/UNICISAL: Mantém com a Companhia relações comerciais, como cliente do segmento comercial. Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.: Acionista da Companhia com participação de 41,5% do capital social. Indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. Commit Gás S.A.: Com a efetivação da venda do total das ações da Petrobras na Gaspetro, para a Compas Gás e Energia S.A. e para o Estado de Alagoas, foi comunicado ao mercado, em 11 de julho de 2022, a mudança da razão social da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) para Commit Gás S.A., acionista da Companhia com participação de 29,44% do capital social. A Commit Gás S.A. indica um dos diretores, cuja remuneração é paga diretamente pelo acionista, cabendo à Companhia efetuar os pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia. 29. Remuneração dos administradores: A Companhia possui três

diretores, sendo um Diretor Presidente, uma Diretora Administrativa e Financeira e um Diretor Técnico e Comercial. O Conselho de Administração é composto por 8 (oito) membros, sendo 4 (quatro) de indicação do acionista Estado de Alagoas, 1 (um) indicado pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda - MGE, 1 (um) indicado pelo acionista Commit Gás S.A., 1 (um) indicado pelos minoritários e o conselho empregado, eleito por voto direto dos empregados da Companhia. O valor de seus honorários é fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2022 a despesa com honorários dos administradores somou R\$ 1.170 mil (R\$ 1.015 mil, em 2021). **30. Instrumentos financeiros:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. A administração, de acordo com a política interna da Companhia, apenas poderá manter depósitos à vista ou investimentos com instituições financeiras estatais, desde que elas atendam aos critérios mínimos de classificação de riscos fixados internamente, excepcionalmente a Companhia poderá manter depósitos à vista em instituições privadas, quando necessário para a obtenção de empréstimos bancários, constituição de garantias para empréstimos e constituição de conta garantida. A Companhia tem risco de concentração em um único cliente no percentual estimado de 64% de suas vendas. **Risco de taxas de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia não capta recursos no mercado financeiro, à exceção do financiamento junto ao Banco do Nordeste - BN, conforme nota explicativa nº 16, para financiamento de obras de infraestrutura de porte. **Risco de taxas de câmbio:** Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco. **Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro):** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. **Derivativos:** A Companhia não operou com derivativos durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo 31 de dezembro de 2021, e não possui correlatos de derivativos em aberto na data do balanço. **31. Compromissos vinculados ao contrato de concessão:** De acordo com o Contrato de Concessão para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Alagoas, firmado entre a Companhia e o Estado de Alagoas, são obrigações da concessionária: • Realizar os investimentos necessários à prestação do serviço concedido de forma a atender a demanda nos prazos e nos quantitativos cujos estudos de viabilidade econômica justifiquem a rentabilidade dos investimentos realizados, garantindo sempre a segurança e a justa retribuição do capital investido; • Prestar serviço adequado na forma prevista no contrato e nas normas técnicas aplicáveis; • Manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão; • Cobrar as tarifas na forma fixada no contrato; • Prestar contas da gestão do serviço à concedente e aos usuários nos termos definidos no contrato; • Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação dos serviços; e • Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso em qualquer época, às obras e instalações compreendidas na concessão, bem assim aos respectivos registros contábeis. A Companhia tem cumprido com os compromissos e obrigações vinculados ao contrato de concessão. **32. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, consequentemente não foram disponibilizados e/ou examinados pelos nossos auditores independentes. O montante da cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, cobrindo eventuais reclamações de terceiros, relativo às atividades de distribuição de gás natural da Companhia é de R\$ 5.000 mil, a partir de 30 de dezembro de 2021, em garantia única, com vencimento da apólice em 30 de dezembro de 2022, a qual foi renovada (contratada) e com novo vencimento em 31 de dezembro de 2023. Na modalidade de riscos nomeados, para cobertura do seu sistema de distribuição de gás natural, conta com um seguro que cobre incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, com Limite Máximo de Indenização da Cobertura Básica de R\$ 3.000 mil, com a seguinte distribuição: (a) Limite Máximo de Indenização - R\$ 2.000 mil, exclusivamente para cobertura do Local ETC PILAR e CROMATÓGRAFO; e (b) Limite Máximo de Indenização - R\$ 1.000 mil, para cobertura dos demais locais. Conta também com a cobertura adicional de tumultos, greves, lockouts, saques e atos dolosos em R\$ 200 mil, e cláusula adicional para inclusões e/ou exclusões de bens e/ou locais e/ou alterações de valores, no valor de R\$ 1.000 mil, garantia essa que se aplica a variação por aumento, redução ou transferência de ativos. O valor em risco para fins de seguro é de R\$ 181.351 mil, em 31 de dezembro de 2021, com vencimento da apólice em 06 de março de 2023. A Companhia possui seguro de vida em grupo para seus empregados correspondente a: • **Morte Natural ou Acidental (título) - 24 salários;** • **Invalidez permanente total ou parcial por acidente (título) - 48 salários;** • **Indenização especial por morte acidental (cônjuge) - 24 salários;** • **Invalidez permanente total por doença (título) - 24 salários;** • **Indenização especial por morte acidental (cônjuge) - 12 salários;** • **Indenização especial por morte (filhos) - 06 salários.** Macaíba/AL, 20 de janeiro de 2023

	Diretoria	
José Ediberto de Omena Diretor-Presidente	Eliana de Menezes Bandeira Diretora Administrativa e Financeira	Edison Henrique Barreto Diretor Técnico e Comercial

	Contador
José Edmar Alves Correia CRC/AL 003723-O-9	

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS**, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou (I) o Relatório de Administração e Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), as Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA), as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DML), as Demonstrações do Fluxo de Caixa, Demonstrações dos Valores Adicionados (DVA) e Notas Explicativas, assim como o Relatório da Auditoria Independente CONVICTA Auditores Independentes S/S, datado de 01 de março de 2023 sem ressalvas, todos

relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e (II) a proposta de destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, entendendo este Conselho Fiscal que os itens acima referidos estão em conformidade com as normas legais aplicáveis, à situação patrimonial e financeira da Gás de Alagoas S.A. - ALGÁS e ao resultado de suas atividades, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação dos senhores acionistas em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Macaíba/AL, 23 de março de 2023.

George André Palermo Santoro
Presidente do Conselho
Bruno do Prado Castilho - Membro Efetivo
Felipe de Carvalho Cordeiro - Membro Efetivo
Bruno Praxedes Leitão - Membro Efetivo

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS** Macaíba - Alagoas. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** (a) Guerra da Ucrânia: Chamamos atenção para a nota explicativa nº 1, quanto ao conflito e desdobramentos, especialmente dos efeitos inflacionários e desaceleração da economia global, decorrentes da invasão da Rússia a Ucrânia e diante da importância dos russos na produção de gás, petróleo e defensivos agrícolas. A Companhia continua monitorando as repercussões desse conflito e seus impactos na economia mundial, brasileira e no segmento que atua. Nossa opinião não está ressalvada quanto a esse assunto. (b) Fornecedor e aquisição de Gás - Origem Energia Alagoas S/A: Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia possui transações significativas com a supridora de gás, a empresa Origem Energia Alagoas S/A, conforme contrato de compra e venda de gás natural, na modalidade firme inflexível, decorrente essencialmente de compra de gás natural, e que por sua vez é o único fornecedor do referido produto para a Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. (c) Benefício fiscal - IRPJ - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE): Chamamos atenção para a nota explicativa nº 26, pois a Companhia possui o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, por um prazo de 10 anos, contados a partir do ano calendário de 2019 e se encerrando em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0135, de 29 de novembro de 2019, da SUDENE. Nossa opinião não está modificada quanto a esse assunto. (d) Participação acionária: Chamamos à atenção para a nota explicativa nº 28, quanto ao fato de que em julho de 2022, a Petrobras finalizou a venda da sua participação na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro) para a Compas Gás e Energia S.A. (Compas) e para o Estado de Alagoas, havendo alteração na composição acionária da **GÁS DE ALAGOAS S/A - ALGÁS** naquela data. Nossa opinião não contém ressalva em relação a

esse assunto. **Outros assuntos:** Demonstrações do valor adicionado: A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado, do exercício findo naquela data, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, exceto se a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes

de fraude ou erro sendo consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Macaíba/AL, 01 de março de 2023

CONVICTA
Auditores Independentes S/S
CRC/AL nº 196 - CVM nº 7.706 - CNAI-PJ nº 62
Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594

